



VISÃO EMPRESARIAL

Stefano Wigner Tremea

Empresário e diretor financeiro do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)

A liberdade não cabe numa caneta

Ninguém pode julgar a própria causa. O princípio é anterior a qualquer Constituição, e é dele que nasce a separação de poderes. Quem deveria ser o guardião da nossa Carta Magna virou o seu principal violador. Os exemplos são inúmeros, e cito três.

O primeiro: a Polícia Federal identificou indícios de ao menos seis encontros entre o ministro Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vercaro entre novembro de 2024 e agosto de 2025, um deles de mais de quatro horas. No mesmo período, o escritório da esposa do ministro tinha um contrato de R\$ 129 milhões com o Banco Master, R\$ 3,6 milhões por mês. Não afirmo que seja o caso em questão, não ousaria isso, ainda mais nos tempos atuais, mas a verdade é que propina hoje não anda em mala de dinheiro. Anda em honorário advocatício, com contrato formal e nota fiscal emitida. É muito mais difícil de questionar.

O segundo: no final de agosto, uma decisão monocrática de Dias Toffoli tirou do ar a propaganda digital do candidato Renan Santos, cortou os repasses do fundo eleitoral e o proibiu de participar de debates. Motivo? Perfis de redes sociais informados 12 dias depois do registro. Um ministro, sozinho, inviabilizou uma candidatura à Presidência por um vício de formulário. Detalhe: no último ano, Renan convocou quatro manifestações contra o próprio Toffoli por causa do caso Master.

Por fim, o terceiro: um jornalista do Maranhão mostrou familiares do ministro Flávio Dino usando carro oficial do tribunal estadual. O fato denunciado não foi investigado. O denunciante foi: teve material apreendido e viu sua fonte virar alvo de busca e apreensão autorizada por Moraes. E os recursos contra essas decisões? Vão para a Primeira Turma, presidida pelo próprio Dino. Sigilo de fonte não é privilégio

de jornalista, é garantia constitucional. E garantia individual, no Brasil, é cláusula pétrea.

No Brasil de 2026, investigação, decisão e revisão acontecem dentro da mesma sala. Isso não é acidente, é desenho. Em 2025, mais de 80% das decisões do Supremo foram monocráticas. Uma corte de 11 ministros funciona, na prática, como 11 cortes, cada uma com poder de suspender uma lei, uma campanha ou uma empresa antes do café da manhã.

Você provavelmente acha que isso é briga de gabinete em Brasília, longe da sua vida. Não é. A mesma caneta que derruba uma candidatura decide sobre IOF, tributação de investimentos, contratos e propriedade.

O economista francês Frédéric Bastiat mandou olhar o que não se vê. O que não se vê aqui é o prêmio de risco que o investidor cobra do Brasil por saber que a regra pode mudar amanhã, na vontade de um homem só. Isso reaparece no seu crédito mais caro, na empresa que não abre, no capital que faz as malas e deixa o país. Segurança jurídica não é assunto de advogado, é o preço de tudo. Sem ela, ninguém planta no longo prazo.

E não, a saída não é fechar o Supremo, nem aplaudir alguma aventura autoritária. Isso é trocar um arbítrio por outro. A saída é chata e institucional: limitar a decisão monocrática, criar regra objetiva de impedimento e suspeição, exigir transparência sobre contratos privados de familiares de ministro. Quem faz isso é o Congresso. E em outubro renovamos dois terços do Senado, a casa que aprova cada um dos 11 e que tem o poder de tirá-los de lá.

O filósofo inglês John Locke avisou que, onde a lei termina, começa a tirania. A pergunta já não é se o Supremo passou do ponto. É até quando vamos aceitar ser reféns de quem deveria proteger a nossa liberdade.

OPINIÃO

O que revelam as diferentes formas de empreender

Luiz Carlos Bohn

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae RS e presidente do Sistema Fecomércio-RS/Sesc/Senac

Empreender é reflexo do tempo e do lugar em que se vive. As escolhas de quem abre e conduz um negócio são influenciadas por sua trajetória, pelas oportunidades disponíveis, pela tecnologia e pelas características do território. Por isso, entender o empreendedor brasileiro exige olhar para essa diversidade.

A pesquisa Gerações, Territórios e Empreendedorismo, desenvolvida pelo Sebrae RS, mostra justamente a multiplicidade. As diferenças entre gerações ajudam a entender como cada grupo se relaciona com o negócio. Por exemplo, empreendedores mais experientes valorizam conhecimentos construídos ao longo da prática e incorporam novas tecnologias de maneira gradual. Millennials tendem a investir em qualificação, planejamento e ferramentas digitais, conciliando crescimento com estabilidade, qualidade de vida e propósito. Já a Geração Z apresenta uma relação mais natural com a tecnologia, testando ideias, adaptando modelos e buscando autonomia e flexibilidade.

Mas não é apenas a faixa etária que determina escolhas, o território também conta. A realidade de quem empreende em uma região com crédito, conectividade, infraestrutura e ambientes de inovação é diferente daquela onde esses recursos são limitados e/ou inacessíveis. Em alguns lugares, empreender está mais associado à inovação e à expansão. Em outros, representa uma alternativa de renda e uma forma de fortalecer a economia local.

A diversidade de gerações e territórios mostra também que sucesso não pode ser medido apenas pelo resultado financeiro. Realização pessoal, autono-

mia, qualidade de vida e impacto na comunidade ganham espaço entre as aspirações de quem empreende.

Para quem apoia os pequenos negócios, essa é uma mudança importante. Soluções padronizadas nem sempre respondem a realidades tão distintas. É preciso conhecer os diferentes perfis, objetivos e contextos para oferecer apoio que faça sentido. E, reconhecer essa diversidade é um passo essencial para construir um ambiente empreendedor mais inclusivo, inovador e preparado para o futuro. Nossa Pesquisa completa está no Data Sebrae, vale a pena conhecê-la.

Realização pessoal, autonomia, qualidade de vida e impacto na comunidade ganham espaço entre as aspirações de quem empreende.



Água gratuita também deveria estar na agenda ESG

Alex Sander da Rosa

Sócio-diretor da Icehot

Quando uma empresa fala em ESG, é comum que a discussão comece dentro de seus próprios muros como a redução de emissões, eficiência energética, gestão de resíduos, diversidade e governança. São compromissos importantes, mas existe uma pergunta que precisa ganhar mais espaço nessa agenda: como as empresas estão contribuindo para melhorar as cidades onde as pessoas vivem e circulam?

Essa reflexão se torna necessária quando falamos de água. Embora seja um recurso essencial à vida, o acesso gratuito à água potável ainda não faz parte da infraestrutura cotidiana de muitos espaços públicos brasileiros. Praças, parques, ciclovias, áreas esportivas e locais de grande circulação nem sempre oferecem condições adequadas para que as

pessoas possam se hidratar.

Estimular a ocupação de espaços públicos, a prática esportiva e a mobilidade ativa sem garantir condições básicas para essa permanência revela uma contradição que precisamos enfrentar. É nesse ponto que o ESG pode deixar de ser apenas uma métrica corporativa e se transformar em instrumento de transformação urbana. Empresas têm capacidade financeira, tecnológica e de articulação para participar de soluções que beneficiem diretamente a população. Isso não significa transferir responsabilidades, mas reconhecer que os desafios das cidades exigem colaboração entre diferentes setores.

Investir em infraestrutura de acesso à água é um exemplo de iniciativa capaz de conectar diferentes dimensões da agenda ESG. Há um componente social evidente, porque a hidratação em espaços públicos deve ser acessível independentemente da renda. Há

uma dimensão ambiental, quando a oferta de água contribui para reduzir a dependência de embalagens descartáveis. E há uma dimensão de governança quando empresas, municípios e instituições constroem soluções para necessidades coletivas.

A chegada da primavera, quando parques, praças e espaços de convivência tendem a receber ainda mais pessoas, reforça essa discussão. Uma cidade que estimula seus moradores a ocupar as ruas precisa estar preparada para recebê-los. Infraestrutura básica também é política de qualidade de vida.

O ESG não deveria ser avaliado somente pelo que uma empresa evita causar, mas também pelo que ela consegue construir ao seu redor. A sustentabilidade está na empresa que reduz sua pegada ambiental, mas também naquela que ajuda a tornar a cidade mais saudável, inclusiva e preparada para os desafios climáticos.